

Capítulo 6

Palco de consensos ou teatro das contestações? Uma reflexão sobre o MST na atual cena política brasileira¹

Camila Chaves Ferreira²

Considerações iniciais

O presente artigo consiste em uma reflexão sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na atual cena política brasileira. Surgido em 1984, lançando mão da ocupação de terras como uma forma eficiente e legítima para pressionar o Estado a fim de desapropriar terras para sua consequente distribuição, o Movimento é atualmente considerado o responsável pela garantia de terras a mais de trezentos e cinquenta mil famílias.

Para efeito destas reflexões, destaca-se que o MST vinha ocupando, desde 2005, um papel relevante na cena política, sobretudo pela inquietação que causava sua forma de atuação, ocupando terras e prédios públicos e pelo modo como eram formados os jovens e crianças sem-terrinha, uma vez que o Movimento conta com um modelo de educação popular capaz de

¹ Artigo indicado ao Prêmio Francisco Morel após apresentação no Grupo de Pesquisa - GP Comunicação para a Cidadania do XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 3 a 7 de setembro de 2012, em Fortaleza-CE.

² Universidade Federal do Ceará

romper com um padrão de educar que evita a reflexão crítica e freia a impaciência.

Ao longo de mais de trinta anos, esse movimento acumula uma série de ações que ficaram no imaginário social como tendo sido marcadas pela ausência de racionalidade. Tal pensamento divide opiniões, mesmo no interior da esquerda brasileira, e será impulsionador de um debate sobre a necessidade de repensar métodos. Tanto associada a essa necessidade, como na perspectiva de produção de um agir com vistas ao estabelecimento de alianças com outros sujeitos sociais, mudam-se os modos de comunicar e tem-se, também, no diálogo, uma tática.

Porém, de movimento marcado pela efetivação de atos radicalizados – como a ocupação da fazenda do grupo Cutrale, em outubro de 2009, culminando no episódio que levou à “destruição” de sete mil pés de laranja –, ao movimento que rompe, afasta ou mesmo expulsa dezenas de militantes – conforme expresso em carta publicada em novembro de 2011, relatando o estabelecimento de alianças que têm representado um retrocesso do ponto de vista de reivindicações históricas –, questiona-se se o MST, enquanto organização política tem perdido o lugar do teatro das contestações para ser palco de grandes consensos.

2. Ruído de revolta ou palavra que expõe dano?

Para além do que dizem os grupos hegemônicos por meio de suas mídias e outros dispositivos de produção de subjetividades, pode-se dizer que há atualmente, no seio da esquerda brasileira, uma divisão de opiniões sobre os modos de atuar de atores sociais e coletivos como o MST. Das grandes marchas a Brasília, considerada como o centro de poder político do país, às ocupações mais radicalizadas a prédios públicos e terras improdutivas, há uma dúvida cotidianamente gerada e, por vezes mais reforçada: o quanto há de razão política em tais ações?

Jacques Rancière (1996) traz, de seu passeio entre gregos e romanos para situar o começo da política, alguns elementos que podem ser utilizados para questionar seu fundamento. O autor cita Aristóteles, a esse exemplo, para quem estaria fundamentada na *palavra* a ideia da natureza política do homem, por ser ele o único animal em posse da *logos*. Para ele, mais do que faz a voz, que tem o atributo de *indicar*, a palavra estaria dotada da possibilidade de *manifestar*. Estabelecida, portanto, essa divisão entre as funções comuns atribuídas à palavra, o autor retoma a crítica feita por Platão ao falar do “gordo animal” popular.

Para Rancière (1996, p.35) “a metáfora do gordo animal não é uma simples metáfora. Ela serve rigorosamente para mostrar na animalidade esses seres falantes sem qualidade que introduzem a perturbação no *logos* e em sua realização política”. A partir desta metáfora, o autor proporá que o fundamento da política não mais seja pensado a partir da simples oposição entre os animais lógicos e os animais fônicos, mas justamente na aposta do jogo das discordâncias, dos dissensos, dos litígios. E, nesse sentido completa:

Há política porque o *logos* nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissolúvelmente a *contagem* que é feita dessa palavra: a contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto uma outra é apenas percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta (RANCIÈRE, 1996, p.36).

Feita de *erros de cálculos* e “obra de classes que não são classes”, a política para Rancière (1996, p.51) manifesta-se sob a figura do dano que por sua vez “institui um universal singular, um universal polêmico, vinculado à apresentação da igualdade, como parte dos sem-parte, ao conflito das partes sociais”. Logo, a política não seria nenhuma coisa em si, mas algo que poderia vir a ser a depender de sua capacidade de por em relação ou, mais que isso, de reconfigurar as relações que determinam o lugar – seja ele de

trabalho, de moradia, de vivência, de convivência – e sua relação com o entorno, com a comunidade.

No debate sobre a razão do desentendimento, Rancière (1996, p.61) afirma que a racionalidade política “só é pensável de maneira precisa se for isolada da alternativa em que certo racionalismo quer enclausurá-la: *ou* a troca entre parceiros que colocam em discussão seus interesses ou normas, *ou* a violência do irracional”. Nesse marco, podemos pensar algumas ações de movimentos sociais como o dos Sem Terra, a exemplo da ocupação realizada em uma das fazendas do grupo Cutrale, tendo culminado no episódio dos pés de laranja. Esse por sua vez ficou marcado na memória de milhões de brasileiros e brasileiras como uma ação pertencente ao campo de uma violência irracional, como ruído de revolta, nunca palavra expositora de um dano.

No grande fosso existente entre *MST destrói 7.000 pés de laranja da Cutrale*³ e *Esclarecimentos sobre os últimos episódios veiculados pela mídia*⁴, a ocupação do MST a uma das fazendas do grupo exportador de sucos de laranja, em outubro de 2009, há, conforme já dito, mesmo no seio daqueles que defendem a reforma agrária e reconhece a necessidade de transformação da sociedade, uma divisão de opiniões sobre o caráter e a legitimidade de ações mais radicalizadas e uma saída em defesa de intervenções que se deem de modo mais “moderado” ou mesmo de uma resistência que se estabeleça de forma pacífica.

No Brasil, de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 56,7% das terras agriculturáveis têm mais de mil hectares e está nas mãos dos trezentos maiores proprietários rurais e, em contrapartida, 4,8 milhões de famílias não têm terra para plantio ou moradia. Além disso, especula-se que 62,4% das terras do país sejam

³ Título que faz referência às muitas notícias veiculadas na imprensa escrita, televisiva e eletrônica sob influência de grandes grupos hegemônicos, como aquela publicada no *Estadão*, em 7 de outubro de 2009. *Link* reduzido: <http://migre.me/71PJ>

⁴ Título do informativo ano VII - n° 174 divulgado pelo MST em 9 de outubro de 2009.

improdutivas, terras paradas em decorrência da forte especulação imobiliária. É nesse sentido que falar da terra é mais que falar da democratização do acesso e das condições de produção. É falar da concentração de renda, da possibilidade de erradicação da pobreza e, principalmente, do jogo de interesses que orienta estas disputas.

As lutas pela terra são também as disputas pelos modos de pensar e de agir sobre ela e, uma vez compreendo a terra como espaço podemos tal como propõe Milton Santos (2010), pensa-la como o resultado do casamento entre sistemas de objetos e sistemas de ações que, sendo indissociáveis, outorgam uma racionalidade baseada em elementos da ciência, da tecnologia e da informação, por sua vez, elementos determinantes da nova relação entre as regiões. Sobre tal fenômeno, o autor afirmará que:

Esse meio técnico-científico que inclui saber é o suporte da produção do saber-novo, faz com que os outros espaços se tornem apenas os espaços do fazer. Os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer (SANTOS, 1994, p.106).

Na década de 80 surgem às primeiras ocupações de terras como forma de pressão e, em 1988, os movimentos reivindicadores desta pauta têm uma importante conquista com a aprovação da Constituição Federal. A partir desse documento, o Estado estaria obrigado a garantir a desapropriação de terras em que não se estivesse cumprindo sua função social, estando esta relacionada ao uso e aproveitamento dos recursos naturais, à preservação do meio ambiente e às relações de trabalho. A Constituição serviu ainda como base para a criação da Lei de Reforma Agrária, objetivando regulamentar os dispositivos relativos à reforma agrária presentes na Constituição.

Sabe-se, porém, que ainda que alguns destes marcos legislativos tenham sido frutos das tantas lutas encampadas pelos movimentos populares e sociais, historicamente, forças econômicas e políticas têm se oposto à efetivação da reforma agrária no Brasil

por vias do Estado. Relacionando ao caso das fazendas do grupo Cutrale, o Movimento alega que as ocupações se justificam pelo fato de aquelas serem terras públicas oriundas de processos de grilagem, portanto, apropriadas indevidamente por grandes empresas, ao mesmo tempo em que o Estado alega a falta de terras para assentamento para famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Mesmo entre os mais ferrenhos apoiadores do Movimento, houve aqueles que questionaram o episódio dos sete mil pés de laranja. Ainda há pouco, discorriamos sobre a técnica e sobre como ela fala da política e dos modos como o espaço é organizado. Algo que nem as notícias veiculadas pelos grandes meios, nem a carta divulgada pelo Movimento associam de modo direto, é a relação existente entre a “destruição” da plantação de laranjas por militantes do MST, a um modo político de posicionar-se, por exemplo, contrariamente à monocultura e em defesa de uma agricultura para produção de alimentos diversos e saudáveis.

Quando, em alguns assentamentos distribuídos no Brasil, as famílias assentadas priorizam o cultivo de alimentos que lhes sirvam para o próprio consumo em lugar de monoculturas, bem como quando escolhem a Agroecologia como técnica, o que se expressa é uma postura política que demonstra tanto a subversão de uma ideia de tempo socialmente construída – uma vez que se respeita o andamento próprio da natureza para estabelecer-se de forma saudável –, como a concepção da importância de existência do equilíbrio entre homem e natureza. Portanto, pode-se dizer que o Movimento expressa um modo de pensar avesso àquela racionalidade dominante, mas nem por isso, irracionalidade.

Sobre tal questão cabe dizer que os movimentos ambientalistas, conservacionistas e ecológicos deixaram de ser movimentos à parte de outros movimentos, como os únicos a levantar a bandeira da ecologia.

Hoje, eles se compõem como movimento social. Cada vez mais a dimensão ecológica perpassa todos os movimentos. Assim como,

a partir da década de 1960, as ciências do social e do humano constituíam a mediação necessária para compreender e conferir a eficácia às atividades políticas, atualmente, a ecologia constitui uma mediação imprescindível para cada saber e cada prática social poderem dar a contribuição que se espera no sentido de garantir a integridade do criado, principalmente a salvaguarda da vida – a começar pela mais ameaçada (BOFF, 2008, p.108-109).

Para Azevedo apud Sanchez (2000), ao compor esse cenário, a problemática ambiental impõe novas questões para a sociedade contemporânea. Desse modo, abre-se um campo para a construção de uma cidadania coletiva: um novo exercício da cidadania que vai além das limitações daquela construída no marco liberal. Assim sendo, a revisão do entendimento da relação homem-natureza coloca-se como uma prioridade para a construção dessa nova cidadania.

Dessa forma, a vivência da cidadania passaria, também, pela incorporação de novas estratégias de luta vinculadas às novas necessidades que surgem em tempos contemporâneos, sendo a dimensão ambiental elemento central em todas as discussões de ordem política e social; e, portanto, impregnadas de uma nova racionalidade, que aponta para uma existência em harmonia com a natureza; ou seja, trata-se de outra racionalidade. Tal racionalidade não teria um caráter homogêneo. Ela seria vivenciada, na prática política concreta, em consonância com o estágio em que se encontra determinado grupo social e tendo como referência o conjunto de suas vivências históricas anteriores.

Esse pensamento dialoga com Santos (1994), ao afirmar que aquela racionalidade outorgada pelos sistemas de objetos e ações supõe contrarracionalidades, ou racionalidades outras, localizadas, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas, e de um ponto de vista social, minorias que possuem, por sua vez, como característica a não subordinação às racionalidades hegemônicas.

As minorias se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas. As minorias étnicas,

sexuais (de gênero) e outras têm mais dificuldades para aceitar e atender às exigências da racionalidade, na mesma medida em que os pobres dela também são mais defendidos, porque mais infensos às trampas do consumo. Esses são também os instrumentos da realização da contra-racionalidade (SANTOS, 1994, p.107-108).

Esse debate sobre racionalidades e contrarracionalidades permite analisar as ocupações organizadas por movimentos como o MST e a imagem socialmente construída sobre esta tática e aqueles que a executam. São constantes as tentativas de provar que as ações desses movimentos são desprovidas de racionalidade. Assim, para muitos, o que é ação pela garantia de direitos, palavra que expõe justiça, tem na violência, na destruição e na revolta, a sua representação.

3. Diálogos de resistência ou de criação?

Uma das críticas feitas à esquerda brasileira e, sobretudo, aos movimentos sociais, refere-se a uma suposta falta da capacidade de dialogar. Desse modo, fala-se de ações ou de possíveis excessos que poderiam ter sido evitados e, principalmente do sentimento de repulsa causado por tais ações e excessos. Assim, somos levados ao entendimento de que as ações mais radicalizadas de movimentos como o MST não costumam dialogar com o conjunto da sociedade e que, por tais motivos, algumas delas deveriam ser repensadas ou mesmo extintas.

Associando essa reflexão às análises de Rancière, podemos afirmar que as condições para que o diálogo possa acontecer são produções, assim como o são também produzidas às subjetividades e os exercícios de ouvir e de perceber. No debate sobre *política e polícia* proposto pelo autor – ao qual nos ateremos mais adiante⁵ –,

⁵ Nos ateremos a este debate mais especificamente no próximo ponto, mas cabe adiantar que, para Rancière, o conceito de *polícia*, não está associado à ideia de aparelho de Estado ou poder de repressão, mas sim é convocado em um sentido mais amplo, “neutro” e, sobretudo não pejorativo.

fala-se sobre uma definição dos modos de fazer, ser e dizer, logo, sobre os modos de uma ordem que é determinante de quem diz, onde diz e o que diz e, mais que isso, determinante se aquilo que se diz *manifesta* ou simplesmente *indica*.

A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (RANCIÈRE, 1996, p.42).

E é partir dessa possibilidade ou não de ser visível que se pode pensar também a disputa pela terra como uma luta pelo entendimento, luta pela ampliação dos espaços dos possíveis, uma vez que tais possíveis são também determinados. Por isso, tal como afirma Rancière (1996, p.67) sobre o litígio do entendimento, “é preciso produzir ao mesmo tempo a argumentação e a cena em que ela deve ser entendida, o objeto da discussão e o mundo em que figura como objeto”. Logo, é neste processo que a disputa pelo outro se evidencia também nos modos como são organizadas as práticas discursivas.

Inesita Araújo (2000, p.80) explica que, no princípio, a comunicação desenvolvida pelo MST atendia basicamente às funções de mobilização, por meio da elaboração de cartazes, panfletos e folhetos, e de fonte alternativa de informação à grande imprensa, com o *Jornal dos Sem-Terra*. Após o repensar de suas atividades comunicativas, as novas funções atribuídas a elas passaram a ser o apoio ao processo de organização e capacitação, de assentadas e assentados, e a divulgação do movimento a outros segmentos da sociedade com vistas à construção de alianças.

Sobre os processos de construção de alianças, outro elemento importante é o estabelecimento de pautas comuns de reivindicação entre o MST e outros movimentos. A este exemplo,

ao incorporar às suas linhas políticas e de atuação os debates sobre temáticas que aparentemente não teriam relação direta com a reforma agrária, o Movimento tanto reconhece que há a necessidade de avançar em tais questões para que, a tão almejada reforma agrária, seja enfim conquistada, como vê como aliados aquelas e aqueles que têm essas pautas mais específicas como prioridade.

Nesse sentido, o MST segue em articulação com outros movimentos e comunidades e é tido por muitos como um importante parceiro. Assim, pensar de que modo se estabelecem as relações entre este Movimento e outros sujeitos sociais, possibilita pensar também como o diálogo vem sendo utilizado como tática deste movimento, e em que medida lhe possibilita aberturas para processos que, tal como propõe Antonio Negri (2003), mais que resistência figura-se como potência, capacidade de criação.

Mikhail Bakhtin (1997, p.256-257) afirmará que “em toda parte um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo diferente”. Mais adiante, o autor concluirá: “Ser significa comunicar-se pelo diálogo. Quando termina o diálogo, tudo termina.” Ao analisar as obras de Dostoiévsky, o autor reforça a importância do diálogo e da interação entre os indivíduos para que o novo se faça, as descobertas aconteçam.

Para Marília Amorim (2001, p.107), estudiosa das contribuições de Bakhtin às Ciências Humanas, a polifonia ou o dialogismo “é um conceito bakhtiniano que permite examinar a questão da alteridade enquanto presença de outro discurso no interior do discurso”. Se entendermos que um discurso é repleto de outros discursos e consideramos os fóruns, as redes e as mobilizações sociais como espaços e formas discursivas tecidas por várias vozes, temos então que uma característica dessas formas de organização é o dialogismo.

A autora define a arte dialógica como aquela capaz de confrontar, dar voz e presença ao que se tenta esconder na maioria

das vezes: o outro e as vozes por ele produzidas. Para ela, o que permite a expressão da alteridade é o “descontínuo, o intervalo, a exotopia e a disseminação”. Nesta relação de não proximidade, o outro é posto como enigma e o encontro com ele pode horrorizar, embriagar ou levar a transposição de limites, como as representações feitas pelas figuras mitológicas de Górgona, Dionísio e Ártemis.

Amorim (2001) recorre à Vernant para explicar que, em Górgona, a deusa com cabelos de serpente capaz de petrificar aqueles que cruzassem seu olhar, está a representação do horror, do caos, do indizível e do impensável diante daquilo que é absolutamente outro, é a alteridade radical; em Dionísio, deus do vinho e entre os deuses o único filho de um mortal, está o duplo caráter do que é ao mesmo tempo outro e familiar, a possibilidade de tornar-se o outro diferente do que se é naturalmente, é a alteridade próxima; e em Ártemis, deusa das fronteiras entre o longínquo e o próximo, está a capacidade de integrar o que é outro, tornando-o parte do mesmo.

Poderia se dizer, portanto que o que fazem os movimentos sociais de diferentes setores ao organizar uma pauta comum de reivindicações, não é esquecer suas especificidades, suas questões mais imediatas, mas reconhecer a importância do outro na difícil tarefa de transformar as relações sociais e conseqüentemente a sociedade. Neste cenário, o diálogo figura como ferramenta de integração do outro lhe mostrando-que as diferenças e as especificidades da organização que ela ou ele compõe, têm papel importante em uma atuação articulada em rede.

Porém, baseada em outros autores, entre eles, Rancière, Maria da Glória Gohn (2010, p.30) afirmará que em sua heterogeneidade, a sociedade civil tem perdido o sentido e o campo da crítica, seu caráter de reivindicação. Deste modo, a autora organiza elementos que possibilitam a reflexão tanto sobre a importância tida pelas redes nos processos de lutas por transformações, bem como os limites tidos por esta forma de

organização, ponto de partida para se pensar em paralelo à questão do diálogo, os seus limites em se tratando dos espaços de diferenças, de contestação.

O exercício da cidadania assim concretizado nesta nova prática de associação dos movimentos entre si e através das redes de mobilização social e outras estratégias políticas e midiáticas apontaria para um novo e rico processo de criação e de organização dos novos movimentos sociais, que fazem da solidariedade orgânica e da incorporação permanente de novas reivindicações sintonizadas com perspectivas mais abrangentes, um momento ímpar da luta política coletiva.

4. Palco de Consensos ou Teatro das Contestações?

Para definir *política* e *polícia*, Rancière (1996, p. 40) afirmará também que o princípio de estar-junto é simples: “dá a cada um a parcela que lhe cabe segundo a evidência do que ele é. As maneiras de serem, as maneiras de fazer e as maneiras de dizer – ou de não dizer – aí remetem exatamente umas às outras”. É pensando nesse não dizer que questionaremos, neste tópico, qual o lugar dado à contestação ao MST que passou das ações mais radicalizadas – como as ocupações de terra que desde 1984 já possibilitaram o acesso à terra a mais de 350 mil famílias – ao Movimento mais “moderado”, de negociações.

Rancière (1996, p.41) propõe chamar de *polícia* a ideia que comumente se atribui a *política*. O autor, como já dito anteriormente, propõe pensar a *polícia* em seu sentido “neutro”, não referente a aparelho do Estado ou forças repressivas, mas como sendo o “conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”. Já o nome *política*, o autor reserva para designar a seguinte atividade:

A atividade política é aquela a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho (RANCIÈRE, 1996, p.46).

A política seria então deslocamento, relação e não relação, multiplicação dos mundos sensíveis, fazer ver justo aquilo que costumeiramente não se deixa ver e, para o autor, esse fazer ver daquilo que nada deixa ver só pode se dar por meio do conflito. Fala-se sobre a possibilidade de construção de um mundo comum em se tratando dos movimentos sociais, um mundo que, diga-se de passagem, não existe. Com quem dialogam os movimentos sociais e os terceiros deixados de fora ou mesmo expulsos para que os diálogos ocorram, comprometem o próprio fazer político. Entram em jogo, então, os consensos.

Antes de ser a preferência dada à paz sobre a guerra, o consenso é um certo regime da sensível. É o regime em que as partes já estão pressupostamente dadas, sua comunidade constituída e o cálculo de sua palavra idêntica à sua *performance* linguística. O que o consenso pressupõe, portanto, é o desaparecimento de toda instância entre a parte de um litígio e a parte da sociedade. É, em suma, o desaparecimento da política (RANCIÈRE, 1996, p.105).

Ao afirmar que “a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”, Hannah Arendt (2009, p.60) em *A condição Humana*, traz à tona as reflexões sobre uma ideia de esfera pública tida como um espaço comum capaz de possibilitar ser visto e ouvido, do mesmo modo que ver e ouvir. Assim, deu possibilidade para pensar a possibilidade de conflitos no interior destes espaços.

De palco de contestações, alguns movimentos sociais vêm sendo questionados no seio da esquerda sobre certa imobilidade, ausência de críticas e perda de independência diante dos governantes, sobretudo após primeira eleição do ex-sindicalista

Luís Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002. Antes disso, na década de 80, o PT cumpriu um importante papel na mobilização da sociedade o que o tornou referência na esquerda internacional, sobretudo na América Latina. Foi o partido que inaugurou, em seu modo de fazer política, o debate sobre a importância de realização de campanhas de independência de base e sobre a necessidade de organização de uma estrutura sindical livre do Estado.

De acordo com Ciro Garcia (2011), a chegada do PT a diversas prefeituras em 1988, a por pouco não eleição de Lula em 1989 e a ocupação de cargos por seus dirigentes durante a década de 1990 – não apenas cargos em instituições políticas estatais, mas também em órgãos de gestão direta do capital financeiro – foram acelerando a burocratização do partido e a mudança de sua base e composição social. Refém da lógica do mercado eleitoral muda-se a política de alianças, e entram em jogo as campanhas milionárias, com apoio de empreiteiras e bancos privados.

Ainda para o autor, no governo, o PT deixou de ser apoio de atores que cumpriram papéis importantes na política brasileira – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e mesmo o MST – e foi responsável por um forte processo de cooptação, levando muitas destas entidades à imobilidade. Garcia⁶ afirma: “A CUT está mais preocupada com a política econômica do que com a reivindicação dos trabalhadores. O MST não. O MST ele tem uma divisão”.

E segue⁷:

O problema do MST é que sua direção ainda analisa o PT como se ele fosse um partido em disputa, como se pudesse, a partir de pressões, trazê-lo para esquerda para um compromisso com a classe trabalhadora, e lamentavelmente penso que hoje isso não

⁶ Entrevista concedida em 4 de novembro de 2011, durante lançamento do livro de sua autoria na cidade de Fortaleza-CE.

⁷ Idem.

existe mais. Se existe alguma divisão hoje dentro do PT é entre a burguesia financeira, a burguesia industrial, o agronegócio. Não existe mais esse negócio. É uma ilusão que é alimentada por alguns setores do MST que acaba tendo uma repercussão, uma influência na política. Hoje lamentavelmente a política pela reforma agrária em nosso país teve um retrocesso muito grande. Hoje o MST se contenta em lutar por verbas pros seus assentamentos que já existem e em muitas das vezes em uma perspectiva de captulação, o agronegócio trabalhando em seus assentamentos. E assim o MST acaba traíndo a sua própria história e abrindo mão da sua luta que fez com que, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o maior enfrentamento feito a esse governo foi pelo MST época em que o movimento conseguiu expropriar uma área do tamanho de Portugal aqui em nosso país. Então, essa história lamentavelmente não existe mais. Fruto desse equívoco de considerar que o governo do PT e que o próprio partido ainda esteja em disputa, mas que lamentavelmente isso não existe mais. (Entrevista com Cyro Garcia.)

De volta à Rancière (1996), é nesse sentido que se cabe pensar, para além das tentativas de dialogar com o conjunto da sociedade ou outros sujeitos contestadores da ordem vigente as seguintes questões: com quem o MST dialoga? A que o Movimento tem se submetido para estar em diálogo? E, principalmente, qual o lugar da contestação dentro dessa perspectiva de diálogo? Segundo afirma o autor,

que os governos sejam os simples agentes de negócios do capital internacional, essa tese outrora escandalosa de Marx é hoje a evidência quanto à qual “liberais” e “socialistas” concordam. A identificação absoluta da política com a administração do capital não é mais o segredo vergonhoso que as “formas” da democracia viriam a mascarar, é a verdade declarada com a qual nossos governos se legitimam. (RANCIÈRE, 1996, p. 115).

No final de novembro de 2011, cinquenta e um militantes de diversos movimentos, entre os quais, o MST, divulgou um extenso documento intitulado *Carta de saída das nossas organizações*

(MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas⁸ situando dois momentos políticos decisivos para o processo de produções deles como sujeitos e organizações sociais: os impactos decorrentes da queda do muro de Berlim e a reestruturação produtiva do capital. Deste processo surgem também, conforme afirma a carta, as contradições decorrentes dos últimos governos, quando as lutas políticas encampadas por aqueles sujeitos passaram a configurar como ameaças às alianças políticas realizadas.

Após o debate desses entre outros elementos, o documento encerra afirmando que muitos dos cinquenta e um militantes que o assinaram já se afastaram ou mesmo foram expulsos das organizações que faziam parte sem terem podido expor seus motivos. É neste sentido que questionamos qual tem sido o lugar das contestações em movimentos como o MST, que se organizam sob uma importante e legítima pauta de reivindicações, mas que não têm, conforme o exposto, atribuído lugar ao confronto e à diferença, colocando assim, seguindo o pensamento de Rancière, a própria atividade política, como aquela capaz de deslocar e fazer ver o que não podia ser visto.

Considerações finais

Ao longo de suas mais de três décadas, percebemos que o MST acumulou importantes enfrentamentos e, conseqüentemente importantes vitórias, tendo sido o responsável pela garantia de terra, moradia, trabalho, educação e participação de uma grande parcela da população brasileira. É nesse sentido que suas ações, mesmo as mais radicalizadas, para além das constantes tentativas dos grupos hegemônicos em criminalizar o Movimento, necessitam ser pensadas em termos de relações, do quanto de sentido político

⁸ A carta foi publicada em alguns sites, como o da CSP Conlutas – Central Sindical e Popular, em 23 de novembro de 2011. Link reduzido: <http://migre.me/71Php>

elas carregam consigo, no sentido de provocar o deslocamento e, sobretudo, de fazer ver aquilo que até então não se deixava que fosse visto.

É dessa forma que a luta pela terra precisa ser vista como uma luta pela ampliação das possibilidades, uma vez que os possíveis estão determinados pelo Estado. Daí a necessidade de reivindicar, no seio do Movimento, um dialogismo que esteja em favor dos sem parcela, daqueles que se fazem povo e se tornam unos, em suas singularidades e multiplicidades, no interior do Movimento.

Por isso a necessidade, sobretudo de se reivindicar o retorno desse Movimento às ações que, mais que resistência, sejam, potências criadoras de novas relações e que não venham a colocar, em nome de alianças feitas a qualquer custo, o próprio fazer político em vias de ameaça pela sobreposição de tantos consensos. Acreditamos que tal atitude possibilitaria a abertura de novos caminhos para o exercício da cidadania em moldes muito mais abrangentes e integradores, apontando novas formas de pensar e viver as práticas políticas.

Referências

AMORIM, Marília. O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas / Marília Amorim. -- São Paulo : Musa Editora, 2001.

ARAÚJO, Inesita. Comunicação rural: o que se faz, o que se pensa. In: _____. A reconversão do olhar - São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

ARENDT, Hannah, 1906-1975. A condição humana. - 10.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

AZEVEDO, Isabelle. Campo em confronto: a politização do meio ambiente através das campanhas e jornadas de luta do MST. Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Recife, Pernambuco, 14 a 16/06/2012.

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch, 1885-1975. Diálogo em Dostoiévski. In: _____. Problemas da Poética de Dostoiévski / Mikhail Bakhtin. tradução de Paulo Bezerra. -- 2.ed. -- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BOFF, Leonardo. Ecologia, Mundialização, Espiritualidade. Rio de Janeiro, Record, 2008.
- GARCIA, Cyro. PT: de oposição à sustentação da ordem / Cyro Garcia; prefácio Valerio Arcary. - Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. 2.ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.
- NEGRI, Antonio. Kairòs, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo / Antônio Negri. - Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Coleção Política das multidões.
- RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento - política e filosofia; tradução de Ângela Leite Lopes. - São Paulo : Ed. 34, 1996.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. - 19ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2010.